

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL MODERNO

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

7ª EDIÇÃO

Revista, atualizada e ampliada

**A EXPERIÊNCIA DE ESTUDAR
PROCESSO CIVIL POR ESTA OBRA**

- curso completo num único volume
- doutrina e jurisprudência atualizadas
 - quadros sinóticos e fluxogramas
 - conteúdo extra em vídeos
 - visual law
- acesso a conteúdo selecionado da obra
Código de Processo Civil Comentado

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Diego Garcia Mendonça, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amália Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Amanda Juvêncio, Carolina Assunção, Emanuel Silva, Lucas Kfoury e Tainá Luz Carvalho

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araujo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Medina, José Miguel García

Curso de Direito Processual Civil Moderno / José Miguel García Medina. -- 7. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia

ISBN 978-65-5991-370-1

1. Processo civil 2. Processo civil Brasil I. Título.
22-97594

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)

2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMARIO

AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO.....	11
NOTA À 7ª EDIÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	71
CAPÍTULO I – PARTE GERAL	
1. Fundamentos do Direito Processual Civil Moderno	83
1.1. Processo e criação da solução jurídica no Estado Constitucional....	83
1.1.1. Premissas gerais.....	83
1.1.1.1. Processo.....	83
1.1.1.2. Sociedade, direito substancial e direito processual.....	84
1.1.1.3. Constituição e processo	84
1.1.1.4. Doutrina, jurisprudência e criação da solução jurídica	84
1.1.2. A criação da solução jurídica no processo	86
1.1.2.1. Complexidade da sociedade e do sistema jurídico	86
1.1.2.2. Adequação da lei à Constituição. Controle jurisdicional de constitucionalidade.....	88
1.1.2.3. O problema dos <i>hard cases</i> . Os casos “trágicos”	89

1.1.2.4.	Regras com conteúdo vago ou indeterminado, cláusulas gerais e princípios jurídicos.....	90
1.1.2.5.	Princípios jurídicos. Noção.....	91
1.1.2.6.	Criação judicial da solução jurídica fundada em princípios.....	93
1.1.2.7.	“Sopesamento” de princípios colidentes e fundamentação racional da decisão judicial.....	94
1.1.2.8.	Conflito de leis e diálogo das fontes (<i>Dialog der Quellen</i>).....	95
1.1.2.9.	Decisão por equidade.....	97
1.1.2.10.	Consequencialismo e decisão judicial.....	97
1.1.3.	O direito processual civil e suas fontes.....	99
1.1.3.1.	Normas aplicáveis à jurisdição civil.....	99
1.1.3.2.	Status normativo de tratados e convenções internacionais que versem sobre direito processual.....	99
1.1.3.3.	Código de Processo Civil e leis especiais. Contradições, incompatibilidades e diálogos...	100
1.1.3.4.	Leis estaduais e distritais.....	103
1.1.3.5.	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil a outras modalidades de processo.....	104
1.1.3.6.	Direito intertemporal processual. Direitos adquiridos processuais.....	105
1.2.	Processo e outros métodos de soluções de controvérsias.....	107
1.3.	Fins do processo civil.....	108
1.4.	Natureza e estrutura do processo.....	108
1.5.	A Constituição e seu influxo no direito processual civil.....	110
1.5.1.	Referência, nos arts. 1º e 8º do CPC/2015, a princípios constitucionais.....	110
1.5.2.	Dignidade da pessoa humana.....	110
1.5.3.	Legalidade.....	113
1.5.4.	Fins sociais do direito e bem comum.....	114
1.5.5.	Proporcionalidade e razoabilidade.....	115
1.5.6.	Eficiência.....	117

1.6.	Princípios do direito processual civil moderno.....	117
1.6.1.	Premissas.....	117
1.6.2.	Garantias mínimas do devido processo legal.....	118
1.6.3.	Acesso formal à justiça. Inafastabilidade da jurisdição.....	119
1.6.4.	Acesso à ordem jurídica justa. Variados meios de solução de conflitos. Justiça multiportas.....	120
1.6.5.	Ordem jurídica justa e direito ao processo adequado.....	121
1.6.6.	Inércia da jurisdição, demanda e impulso oficial.....	121
1.6.7.	Direito à participação procedimental.....	121
1.6.8.	Contraditório.....	122
1.6.9.	Isonomia processual.....	125
1.6.10.	Juiz natural e imparcialidade.....	125
1.6.11.	Segurança jurídica e proteção à confiança.....	127
1.6.12.	Boa-fé objetiva.....	128
1.6.13.	Cooperação.....	130
1.6.14.	Economia processual.....	131
1.6.15.	Razoável duração do processo.....	132
1.6.16.	Publicidade.....	133
1.6.17.	Fundamentação da decisão judicial.....	134
2.	Jurisdição e Ação.....	134
2.1.	Direito de ação.....	134
2.1.1.	Direito ao processo adequado.....	134
2.1.2.	Tutela jurisdicional adequada ao direito material.....	136
2.1.3.	Natureza.....	137
2.1.4.	Teoria da relação de <i>status</i>	139
2.1.5.	Requisitos.....	140
2.1.5.1.	Interesse e legitimidade.....	140
2.1.5.2.	Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> (ordinária e extraordinária).....	142
2.1.5.3.	Requisitos da demanda e mérito.....	145
2.1.6.	Espécies.....	146
2.2.	Função jurisdicional.....	150
2.2.1.	Natureza.....	150
2.2.1.1.	Teorias sobre a função jurisdicional.....	150

2.2.1.2.	Exercício da função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito	151
2.2.1.3.	Centro de justiça abrangente: centro judiciário de solução consensual de conflitos. Conciliação e mediação.....	152
2.2.1.4.	Jurisdição arbitral	155
2.2.1.5.	Jurisdição voluntária.....	156
2.2.2.	Tutela jurisdicional preventiva e repressiva. Variações.....	157
2.2.3.	Jurisdição nacional	158
2.2.3.1.	Limites à jurisdição brasileira	158
2.2.3.2.	Imunidade de jurisdição	159
2.2.3.3.	Jurisdição internacional concorrente. Propositura de ação perante tribunal estrangeiro. Ausência de litispendência	160
2.2.3.4.	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i>	160
2.2.3.5.	Eleição de foro exclusivo estrangeiro	161
2.2.4.	Cooperação jurisdicional internacional.....	162
2.2.5.	Competência interna	164
2.2.5.1.	Jurisdição e competência	164
2.2.5.2.	Jurisdição estatal e arbitral: limites de atuação, relações e cooperação.....	164
2.2.5.3.	<i>Translatio iudicii</i> . Efeitos da decisão proferida por juízo estatal incompetente ou por árbitro além dos limites da jurisdição arbitral.....	166
2.2.5.4.	Classificações.....	166
2.2.5.4.1.	Competência absoluta e relativa...	166
2.2.5.4.2.	Competência quanto à pessoa e à função. Particularidades	167
2.2.5.5.	Definição do juízo competente	168
2.2.5.5.1.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	168
2.2.5.5.2.	Critérios gerais.....	168
2.2.5.5.3.	Regras sobre determinação da competência.....	170
2.2.5.6.	Relações entre causas e modificações da competência.....	178

2.2.5.6.1.	Relações entre causas	178
2.2.5.6.2.	Conexão.....	179
2.2.5.6.3.	Continência e litispendência parcial	181
2.2.5.6.4.	Ação “acessória”.....	182
2.2.5.6.5.	Reunião das causas no juízo prevento.....	182
2.2.5.7.	Modificação de competência por negócio jurídico processual realizado entre as partes. Limites	183
2.2.5.8.	Reconhecimento da incompetência. Efeitos.....	185
2.2.5.8.1.	Pronunciamento <i>ex officio</i> ou mediante provocação das partes... ..	185
2.2.5.8.2.	Ausência de alegação da incompetência. Consequências. Prorrogação da competência relativa	185
2.2.5.8.3.	Medidas de urgência requeridas a juízo incompetente	186
2.2.5.8.4.	Reconhecimento da incompetência. Remessa dos autos ao juízo competente. Efeitos da decisão proferida por juízo incompetente	186
2.2.5.9.	Conflito de competência	187
2.2.6.	Cooperação jurisdicional nacional	188
3.	Sujeitos do processo.....	189
3.1.	Partes.....	191
3.1.1.	Partes processuais como centros de interesse.....	191
3.1.2.	Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória. Capacidade e legitimidade processual.....	192
3.1.3.	Capacidade processual e representação	193
3.1.3.1.	Noções elementares	193
3.1.3.2.	Representação da União, dos Estados e do Distrito Federal.....	194

3.1.3.3.	Órgãos do Poder Legislativo.....	194
3.1.3.4.	Massa falida.....	195
3.1.3.5.	Espólio. Inventariante, herdeiros e sucessores..	195
3.1.3.6.	Pessoa jurídica. Pessoa jurídica estrangeira	196
3.1.3.7.	Condomínio	196
3.1.3.8.	Curador especial	197
3.1.3.9.	Legitimação do cônjuge ou companheiro	198
3.1.4.	Capacidade postulatória	199
3.1.4.1.	Representação por advogado.....	199
3.1.4.2.	Relevância da representação por advogado. Prerrogativas do advogado, na defesa de seu constituente.....	200
3.1.4.3.	Procuração e informações relacionadas às intimações	202
3.1.4.4.	Revogação ou renúncia ao mandato	203
3.1.4.5.	Advocacia Pública.....	204
3.1.4.6.	Defensoria Pública.....	205
3.1.5.	Correção de vícios atinentes à capacidade processual ou postulatória.....	209
3.1.6.	Sucessão das partes	211
3.2.	Pluralidade de partes: litisconsórcio	212
3.2.1.	Regime geral	212
3.2.2.	Litisconsórcio voluntário. Limites. Formação ulterior de litisconsórcio voluntário.....	212
3.2.3.	Restrições ao litisconsórcio voluntário. Litisconsórcio multitudinário. Vedação da Lei 13.188/2015	213
3.2.4.	Litisconsórcio unitário.....	214
3.2.5.	Litisconsórcio necessário	215
3.3.	Intervenção de terceiros.....	217
3.3.1.	Considerações gerais. Ingresso de terceiros no processo, para tornarem-se partes ou sujeitos processuais de outra natureza	217
3.3.2.	Assistência	218
3.3.2.1.	Assistência simples (ou adesiva) e litisconsorcial (ou qualificada). Aproximações e distinções	218

3.3.2.2.	Assistência litisconsorcial e litisconsórcio unitário voluntário ulterior.....	220
3.3.2.3.	Assistência simples. Terceiro que pode tornar-se substituto processual.....	221
3.3.3.	Denúnciação da lide.....	222
3.3.3.1.	Demanda do denunciante contra o denunciado.....	222
3.3.3.2.	Admissibilidade da denúnciação da lide.....	223
3.3.3.3.	Direito de regresso não pleiteado através da denúnciação. Apresentação da pretensão em ação autônoma.....	224
3.3.3.4.	Denúnciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Denúnciações sucessivas.....	224
3.3.3.5.	Conteúdo e momento da denúnciação.....	225
3.3.3.6.	Partes e terceiro: posição processual, após a denúnciação.....	225
3.3.3.7.	Julgamento da denúnciação. Efeitos. Sucumbência.....	226
3.3.4.	Chamamento ao processo.....	227
3.3.4.1.	Finalidade do chamamento ao processo.....	227
3.3.4.2.	Chamamento ao processo e denúnciação da lide: aproximações e distinções.....	228
3.3.4.3.	Efeitos da sentença de procedência, em relação aos réus.....	229
3.3.5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica...	230
3.3.5.1.	Fundamentos e hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica.....	230
3.3.5.2.	Natureza e processamento do incidente.....	234
3.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	235
3.3.6.1.	Natureza da intervenção do <i>amicus curiae</i>	235
3.3.6.2.	Direito à participação procedimental e legitimação das decisões judiciais. Intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC/2015. Crítica.....	236
3.3.6.3.	Formas de intervenção do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	238
3.3.6.4.	Atos processuais que podem ser praticados pelo <i>amicus curiae</i>	239

3.4.	Deveres dos sujeitos do processo	241
3.4.1.	Conduta dos sujeitos do processo. Abrangência da regra prevista no art. 77 do CPC/2015	241
3.4.2.	<i>Contempt of Court</i> . Atentado	242
3.4.3.	Abuso processual e assédio judicial. Falsos litígios (<i>sham litigation</i>). Ações judiciais estratégicas contra participações públicas (<i>strategic lawsuits against public participation</i>)	243
3.4.4.	Sanção pelo descumprimento de deveres processuais	246
3.4.5.	Litigância de má-fé	246
3.4.5.1.	Caracterização do exercício abusivo de direitos processuais	246
3.4.5.2.	Dever de indenizar por litigância de má-fé	247
3.4.6.	Despesas processuais e honorários advocatícios	249
3.4.6.1.	Despesas e custas processuais	249
3.4.6.1.1.	Natureza. Custas processuais e acesso à justiça	249
3.4.6.1.2.	Dever de arcar com as despesas processuais	250
3.4.6.1.3.	Caução às custas	253
3.4.6.2.	Honorários advocatícios	253
3.4.6.2.1.	Natureza	253
3.4.6.2.2.	Critérios a serem observados na fixação de honorários sucumbenciais. Fixação em decisão interlocutória ou sentença	256
3.4.6.3.	Sucumbência <i>versus</i> causalidade? A sucumbência como sinal aparente da causalidade.	260
3.4.6.4.	Sucumbência recursal	263
3.5.	Gratuidade da justiça	266
3.5.1.	Assistência jurídica, assistência judiciária e gratuidade da justiça. Aproximações e distinções	266
3.5.2.	Abrangência da gratuidade da justiça	267
3.5.3.	Aspectos procedimentais	268

3.6.	Ministério Público	270
3.6.1.	Funções institucionais do Ministério Público.....	270
3.6.2.	Exercício do direito de ação pelo Ministério Público.....	270
3.6.3.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>)	274
3.6.4.	Intimação do Ministério Público.....	275
3.7.	Juiz e auxiliares da justiça	276
3.7.1.	Órgão judicial, organismo jurisdicional e auxiliares da justiça	276
3.7.2.	Direção do processo pelo juiz.....	277
3.7.2.1.	Direção formal e material do processo	277
3.7.2.2.	Exercício da direção do processo pelo juiz e observância de garantias constitucionais	278
3.7.2.3.	Dever de prevenção.....	279
3.7.2.4.	Déficit procedimental e ajuste do procedimento às necessidades da causa	279
3.7.2.5.	Direção material do processo, poderes do juiz, medidas executivas e de cautela.....	284
3.7.2.6.	Gestão dos processos. Observância à ordem cronológica de julgamentos	285
3.7.2.7.	Processo simulado ou fraudulento.....	287
3.7.3.	Responsabilidade do juiz	288
3.7.4.	Imparcialidade do juiz	288
3.7.4.1.	Imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz.....	288
3.7.4.2.	Impedimento e suspeição. Aproximações e distinções. Crítica	289
3.7.4.3.	Hipóteses de impedimento.....	291
3.7.4.4.	Suspeição e interesse público. Investigação do <i>animus</i> do juiz	293
3.7.4.5.	Aspectos procedimentais	294
3.7.4.5.1.	Alegação de impedimento e de suspeição e processamento do incidente.....	294
3.7.4.5.2.	Efeito suspensivo	295

3.7.4.5.3.	Efeitos do reconhecimento da parcialidade do juiz	295
3.7.4.5.4.	Reconhecimento de impedimento em tribunal superior	296
3.7.4.6.	Impedimento e suspeição de outros sujeitos imparciais do processo	296
3.7.5.	Auxiliares da justiça	297
3.7.5.1.	Perfis gerais	297
3.7.5.2.	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça	300
3.7.5.3.	Perito	303
3.7.5.4.	Depositário e administrador	306
3.7.5.5.	Intérprete e tradutor	308
3.7.5.6.	Conciliador e mediador	309
4.	Atos Processuais	314
4.1.	Processo e procedimento	314
4.2.	Teoria do fato jurídico processual	315
4.2.1.	Fatos e atos processuais	315
4.2.2.	Atos e negócios processuais	316
4.2.3.	Declarações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais	317
4.2.4.	Faculdades, ônus e deveres processuais	317
4.2.5.	Negócios jurídicos processuais	318
4.2.5.1.	Negócio jurídico processual e ato jurídico <i>stricto sensu</i> processual. Negócios típicos e atípicos. Atipicidade e força normativa da vontade	318
4.2.5.2.	Negócios processuais sobre procedimentos, ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. Disciplina dos negócios típicos e atípicos	320
4.2.5.3.	Calendário processual	325
4.2.6.	Preclusão	327
4.2.6.1.	Preclusão para as partes e limites à atuação jurisdicional	327

4.2.6.2.	Preclusão para o juiz. “Preclusão <i>pro judicato</i> ”? Precisões conceituais. Crítica	328
4.2.6.3.	Espécies de preclusão, em relação às partes.....	330
4.2.6.4.	Vedações à atuação ulterior do órgão jurisdicional e preclusão	331
4.3.	Forma do processo e do ato processual	332
4.3.1.	Forma e conteúdo do ato processual. Vontade e função (causa ou fim) do ato processual.....	332
4.3.2.	Forma dos atos processuais.....	332
4.3.3.	Forma do processo e devido processo legal: formalismo constitucional.....	334
4.3.4.	Forma e finalidade do processo. Instrumentalidade das formas.....	335
4.3.5.	Língua portuguesa como idioma oficial.....	336
4.4.	Publicidade dos atos processuais	337
4.4.1.	Publicidade absoluta (ou externa), como regra, temperada com publicidade restrita (ou interna) dos atos processuais. Raiz constitucional	337
4.4.2.	Publicidade absoluta <i>versus</i> restrita (segredo de justiça). Interesse público ou social. Intimidade.....	337
4.5.	Prática eletrônica de atos processuais	339
4.5.1.	Aspectos gerais	339
4.5.2.	Prática e registro de atos processuais por meio eletrônico: atualidade e virtualidade. Oralidade e processo em autos eletrônicos.....	342
4.5.3.	Prática de atos por meio eletrônico: processo ou procedimento?.....	343
4.5.4.	Assinatura eletrônica	344
4.5.5.	Garantias de acesso ao sistema de processo em autos eletrônicos	346
4.6.	Atos das partes.....	348
4.7.	Atos do juiz.....	349
4.7.1.	Atos, pronunciamentos e decisões do juiz.....	349
4.7.2.	Decisão, sentença e criação da solução jurídica. Criatividade e discricionariedade. Decisão judicial como ato lógico, de inteligência e de crítica.....	350

4.7.3.	Confronto entre os conceitos de sentença e de decisão interlocutória, no CPC/1973 e no CPC/2015. Crítica	352
4.7.4.	Decisões final (sentença) e interlocutória. Conceito restritivo de sentença e extensivo de decisão interlocutória, no CPC/2015. Momento de prolação, conteúdo e abrangência da decisão	353
4.7.5.	Decisões final e interlocutória. Momento da prolação. “Fase” processual. Fases condenatória, de liquidação e de cumprimento	354
4.7.6.	Decisões global e parcial. Abrangência.....	355
4.7.7.	Das sentenças interlocutórias às decisões interlocutórias	356
4.7.8.	Da “sentença interlocutória mista” à “sentença liminar”. Ausência de tratamento diferenciado entre as decisões liminares e as demais decisões interlocutórias, no CPC/1973 e no CPC/2015.....	358
4.7.9.	Momentos em que pode haver decisão sobre o mérito, no CPC/2015. Decisão final (sentença) sobre o mérito e decisão interlocutória sobre o mérito.....	359
4.7.10.	Classificação das decisões, em atenção ao seu objeto	359
4.7.10.1.	Aspectos gerais	359
4.7.10.2.	Decisões definitivas (ou de mérito). Objeto litigioso.....	360
4.7.10.3.	Decisões definitivas homologatórias.....	361
4.7.10.4.	Decisões sumárias sobre o mérito, ou sobre os efeitos da decisão definitiva	361
4.7.10.5.	Decisões quase definitivas.....	363
4.7.10.6.	Decisões terminativas (ou processuais)	363
4.7.10.7.	Decisões não terminativas.....	363
4.7.10.8.	Decisões simples.....	364
4.7.11.	Despachos.....	364
4.7.11.1.	Decisões e despachos	364
4.7.11.2.	Despachos e atos meramente ordinatórios.....	365
4.7.12.	Capítulos da decisão. Capítulos e questões.....	366
4.7.13.	Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau	368

4.7.14.	Forma e publicidade da decisão judicial. Assinatura do juiz.....	369
4.8.	Atos do escrivão ou chefe de secretaria	371
4.9.	Lugar dos atos processuais.....	372
4.10.	Tempo dos atos processuais	373
4.11.	Prazos processuais	374
4.11.1.	Prazos processuais legais, judiciais e convencionais	374
4.11.2.	Modificações dos prazos processuais	375
4.11.2.1.	Prazos peremptórios e dilatórios.....	375
4.11.2.2.	Modificação dos prazos processuais legais por convenção das partes	376
4.11.2.3.	Modificação judicial dos prazos processuais legais	377
4.11.3.	Observância do prazo e preclusão	377
4.11.3.1.	Prazos próprios e impróprios	377
4.11.3.2.	Extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo (preclusão temporal).....	378
4.11.3.3.	Direito à emenda dentro do prazo processual. Mitigação da preclusão consumativa.....	378
4.11.3.4.	Ato praticado antes do termo inicial do prazo ...	379
4.11.3.5.	Preclusão e justa causa	379
4.11.4.	Critérios relativos aos prazos processuais	380
4.11.4.1.	Termo inicial	380
4.11.4.2.	Contagem do prazo	382
4.11.4.3.	Prorrogação, suspensão, restituição do prazo ...	385
4.12.	Comunicação dos atos processuais	387
4.12.1.	Cartas e comunicações entre órgãos jurisdicionais	387
4.12.1.1.	Cooperação e comunicação	387
4.12.1.2.	Modalidades das cartas	388
4.12.1.3.	Aspectos procedimentais	389
4.12.2.	Citação.....	391
4.12.2.1.	Precisões conceituais	391
4.12.2.2.	Citação e integração da relação processual	392
4.12.2.2.1.	Citação, inexistência e ineficácia	392

4.12.2.2.2.	Falta ou a nulidade da citação e validade do processo	394
4.12.2.2.3.	Comparecimento espontâneo do réu ou executado para alegação da nulidade da citação e prazo para resposta	394
4.12.2.2.4.	Sentença favorável ao réu ou executado não citado	395
4.12.2.3.	Efeitos da citação	396
4.12.2.3.1.	Litispêndência. Alteração dos elementos da ação após a citação ...	396
4.12.2.3.2.	Consequências da citação, em relação à mora	396
4.12.2.3.3.	Interrupção da prescrição pela citação	398
4.12.2.4.	Modalidades de citação. Restrições legais	401
4.12.2.5.	Citação por meio eletrônico	403
4.12.2.6.	Citação pelo correio	405
4.12.2.6.1.	Regra e exceções	405
4.12.2.6.2.	Requisitos da carta de citação	406
4.12.2.6.3.	Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência	406
4.12.2.6.4.	Citação de pessoas em condomínios edilícios ou loteamentos com controle de acesso	407
4.12.2.7.	Citação por oficial de justiça	407
4.12.2.8.	Citação com hora certa	409
4.12.2.9.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	410
4.12.2.10.	Citação por edital	410
4.12.2.11.	Procedimento edital	412
4.12.3.	Intimações	413
4.12.3.1.	Finalidade	413
4.12.3.2.	Meios de intimação	414
4.12.3.2.1.	Intimação por meio eletrônico	414

4.12.3.2.2.	Intimação por publicação no órgão oficial. Diário da Justiça eletrônico.....	416
4.12.3.2.3.	Intimação pelo correio	417
4.12.3.2.4.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria	417
4.12.3.2.5.	Intimação pessoal pelo oficial de justiça	418
4.12.3.2.6.	Intimação com hora certa e por edital	418
4.12.3.3.	Endereçamento e publicação da intimação. Requisitos	418
4.12.3.3.1.	Indicação do advogado em nome de quem deve ser realizada a comunicação processual	418
4.12.3.3.2.	Indicação da sociedade a que pertence o advogado, a fim de que em nome dela seja realizada a intimação.....	419
4.12.3.3.3.	Requisitos da publicação. Erro nas informações veiculadas no órgão oficial	419
4.12.3.4.	Arguição da nulidade da intimação. Republicação e reabertura do prazo	420
4.13.	Nulidades processuais	420
4.13.1.	Nulidade processual como técnica de proteção das garantias processuais	420
4.13.2.	Nulidade e produção de efeitos	421
4.13.3.	Nulidade como sanção.....	421
4.13.4.	Existência e validade dos atos processuais. Nulidade ou anulabilidade (ou nulidade absoluta e relativa) do ato processual. Precisoões conceituais.....	422
4.13.5.	Conteúdo e forma do ato processual. Função (ou causa, ou finalidade essencial) do ato processual. Finalidade alcançada	423
4.13.6.	Forma cuja inobservância não recebe a sanção de nulidade. Nulidades cominadas e não cominadas	424

4.13.7.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Dogma da prioridade	425
4.13.8.	Sistema processual e nulidades	425
4.13.8.1.	Princípios do processo civil moderno e nulidades processuais	425
4.13.8.2.	Contraditório efetivo. Dever de consulta	426
4.13.8.3.	Dever de prevenção contra o surgimento de vícios processuais e contra a decretação de nulidades. Dever de esclarecimento	426
4.13.8.4.	Alcance do art. 276 do CPC/2015. Dever de cooperação, boa-fé objetiva e proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	427
4.13.9.	Regime das nulidades no direito processual civil moderno	429
4.13.9.1.	Convalidação do ato processual e preclusão	429
4.13.9.2.	Importância da alegação oportuna do vício pela parte	430
4.13.9.3.	Aproveitamento dos atos processuais	431
4.13.9.4.	Restrição da nulidade. Vício de parte do ato	432
4.13.9.5.	Ineficácia dos atos dependentes do anulado e ausência de repercussão, em relação aos atos independentes	432
4.13.9.6.	Decretação da nulidade e manutenção dos efeitos do ato	433
4.13.9.7.	Repetição ou retificação de atos processuais viciados.....	433
4.13.9.8.	Ausência de prejuízo, apesar do vício processual. Transcendência. Ausência de intimação do Ministério Público	433
4.13.9.9.	Vício da citação ou intimação e ineficácia do processo	434
4.14.	Distribuição e registro.....	435
4.14.1.	Aspectos gerais	435
4.14.2.	Livre distribuição e garantias constitucionais do processo.....	435
4.14.3.	Distribuição autônoma e “por dependência” (atribuição) ...	437

4.14.3.1.	Regra geral	437
4.14.3.2.	Relação entre causas e competência do juízo prevento	437
4.14.3.3.	Reiteração de ações idênticas ou análogas	437
4.15.	Valor da causa	439
4.15.1.	Repercussão processual e patrimonial da definição do valor da causa	439
4.15.2.	Definição do valor da causa	440
4.15.2.1.	Impossibilidade de aferição imediata do valor da causa	440
4.15.2.2.	Critérios a serem considerados na definição do valor da causa	441
4.15.2.3.	Aspectos procedimentais	442
4.15.2.3.1.	Indicação do valor da causa na petição inicial ou de reconvenção ...	442
4.15.2.3.2.	Correção <i>ex officio</i> do valor da causa, pelo juiz	442
4.15.2.3.3.	Impugnação ao valor da causa	443
5.	Formação, Suspensão e Extinção do Processo	443
5.1.	Formação do processo	443
5.1.1.	Demanda e citação	443
5.1.2.	Momento da propositura da ação	444
5.2.	Suspensão do processo	445
5.2.1.	Suspensão própria e imprópria	445
5.2.2.	Hipóteses de suspensão do processo	446
5.3.	Extinção do processo	452
5.3.1.	Deve-se evitar, sempre que possível, a extinção do processo sem resolução do mérito	452
5.3.2.	Sentença	453

CAPÍTULO II – TUTELA PROVISÓRIA

1.	Perfil da Tutela Provisória no CPC/2015	455
1.1.	Situações que exigem atuação jurisdicional mais rápida, ainda que fundada em cognição sumária, à luz da Constituição	455
1.2.	Tutelas “provisórias”. Tutelas de urgência e de evidência	456

1.3.	Tutelas antecedente (<i>ante causam</i>) ou incidental.....	457
1.4.	Tutelas satisfativa, interinal e autônoma	457
2.	Decisão sobre a tutela provisória.....	458
2.1.	Fundamentação.....	458
2.2.	“Poder geral” de cautela ou de antecipação de tutela. Amplitude no CPC/2015	459
2.3.	Formas típicas de tutelas de urgência e de evidência e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador	460
2.4.	Particularmente o poder geral de cautela e sua evolução.....	461
2.4.1.	Concepção tradicional (e restrita) de “poder geral” de cautela	461
2.4.2.	Medidas cautelares típicas ou nominadas em face do “poder geral” de cautela.....	462
2.4.3.	“Medida idônea para asseguaração do direito”. O rol exemplificativo de medidas apresentado pelo art. 301 do CPC/2015. Substituição por caução.....	464
2.4.4.	Fungibilidade entre medidas cautelares. <i>Da mihi factum, dabo tibi ius</i>	467
2.4.5.	“Poder geral” de cautela e concessão de medidas assecuratórias <i>ex officio</i>	467
2.5.	Requisito negativo para a tutela antecipada: irreversibilidade dos efeitos	467
2.5.1.	Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso”	467
2.5.2.	Comparação entre bens jurídicos. Irreversibilidade dos efeitos antecipados <i>versus</i> irreversibilidade dos efeitos decorrentes da não antecipação	468
2.5.3.	Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas	470
2.6.	Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas.....	470
3.	Competência e tutela provisória	471
3.1.	Aspectos gerais	471
3.2.	Resiliência da regra prevista no art. 299 do CPC/2015 e tutela requerida em caráter antecedente	471
3.3.	Tutela requerida em caráter antecedente e prevenção	472

3.4.	Tutela requerida nos tribunais	473
3.5.	Juízo arbitral e tutelas de evidência e de urgência	475
4.	Efetivação da decisão que concede tutela provisória. Atipicidade dos meios de realização das tutelas de urgência e de evidência.....	476
5.	Tutela de urgência.....	477
5.1.	Tutelas antecipada e cautelar: aproximações, distinções e “fungibilidade”	477
5.2.	Provisoriidade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriidade (da tutela satisfativa) e temporariedade (da tutela cautelar).....	479
5.3.	<i>Periculum</i>	480
5.3.1.	Perigo de dano e perigo de demora	480
5.3.2.	Probabilidade do direito. Urgência e sumariedade da cognição. <i>Fumus boni iuris</i>	481
5.3.3.	Sumariedade da cognição sobre o <i>periculum</i> . Sentido de “urgência”	482
5.3.4.	Qualidade da cognição sobre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> , tutela antecipada e cautelar.....	482
5.3.5.	Importância do bem jurídico tutelado: entre <i>fumus</i> e <i>periculum</i>	483
5.3.6.	Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum</i>	483
5.4.	Prestação de caução (contracautela).....	484
5.5.	Liminar inaudita altera parte e contraditório diferido. Indeferimento da liminar e concessão posterior, no curso do processo.....	485
5.6.	Audiência de justificação prévia	486
5.7.	Responsabilidade objetiva do demandante	486
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	486
6.1.	Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação	486
6.1.1.	Tutela <i>ante causam</i> ?	486
6.1.2.	Concessão da liminar e aditamento da petição inicial. “Confirmação” do pedido. Correção do valor da causa e custas.....	487
6.1.3.	Concessão da liminar e não aditamento da petição inicial. Extinção do processo com perda da eficácia da liminar <i>versus</i> extinção do processo com estabilização da liminar concedida.....	488

6.1.4.	Indeferimento da liminar e “emenda” da petição inicial. Possibilidade de aditamento	488
6.1.5.	Pedido de natureza cautelar realizado sob a denominação de tutela antecipada. “Fungibilidade” e adequação procedimental.....	489
6.2.	“Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente	489
6.2.1.	Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas	489
6.2.2.	Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC/2015	491
6.2.3.	Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma	491
6.2.4.	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal	492
6.2.5.	Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada.....	493
6.2.6.	Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes	494
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	495
7.1.	Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente. Petição inicial com pedido de tutela cautelar e posterior aditamento, com acréscimo do pedido principal.....	495
7.2.	“Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedimental do requerimento de tutela de urgência.....	497
7.3.	Citação, resposta do réu e revelia	497
7.4.	Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar	497
7.5.	Termo inicial do prazo para apresentação do pedido principal.....	498
7.6.	Intimação do pedido principal e prazo para apresentação de resposta. Variações, em se tratando de procedimentos distintos do comum	499

7.7. Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.....	499
7.8. Sentença cautelar e coisa julgada	501
8. Tutela da evidência.....	502
8.1. Amplitude da tutela de evidência no CPC/2015.....	502
8.2. Presença de urgência e tutela da evidência.....	503
8.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	503
8.4. Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente.....	504
8.5. Pedido reipersecutório fundado em prova documental do contrato de depósito	505
8.6. Não oposição de prova, pelo réu, capaz de gerar dúvida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor.....	505
8.7. Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa autônoma.....	506

CAPÍTULO III – PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM

1. Perfis gerais.....	507
1.1. Processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais.....	507
1.2. Ações de conhecimento “puras” e procedimento comum.....	508
1.3. Técnicas contempladas no procedimento comum e no cumprimento de sentença.....	508
1.4. Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum a outros procedimentos.....	509
1.5. Opção entre procedimento comum (e respectivo cumprimento de sentença) e de execução.....	510
1.6. “Fases” do procedimento comum.....	510
2. Propositura da demanda.....	512
2.1. Inércia da jurisdição e demanda.....	512
2.2. Petição inicial	512
2.2.1. Veiculação do libelo na petição inicial. Repercussão ao longo do processo	512

2.2.2.	Elementos formais e endereçamento.....	513
2.2.3.	Partes	514
2.2.4.	“Fatos e fundamentos jurídicos do pedido”	515
2.2.4.1.	Causa de pedir próxima e remota, ativa e passiva	515
2.2.4.2.	Fatos simples e causa de pedir.....	516
2.2.4.3.	Substanciação e individualização. Substanciação restrita.....	517
2.2.4.4.	<i>Iura novit curia. Da mihi factum dabo tibi ius</i>	518
2.2.4.5.	O uso da jurisprudência como referencial, pelas partes. Admissibilidade e inépcia. Argumentação e convencimento judicial	519
2.2.4.6.	Indicação das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso como requisito específico da petição inicial.....	520
2.2.5.	Pedido.....	521
2.2.5.1.	Pedidos imediato e mediato	521
2.2.5.2.	Precisão do pedido imediato (“pedido certo”). Interpretação e boa-fé	522
2.2.5.3.	Pedido mediato determinado ou indeterminado (genérico).....	523
2.2.5.4.	Pedido de obrigações alternativas (“pedido alternativo”)	524
2.2.6.	Cumulação de ações	524
2.2.6.1.	Cumulação objetiva e subjetiva, originária e superveniente, simples e sucessiva.....	524
2.2.6.2.	Requisitos	525
2.2.6.3.	Cumulação aparente ou imprópria	526
2.2.6.3.1.	Pedidos apresentados em ordem subsidiária (“cumulação” subsidiária, ou eventual).....	526
2.2.6.3.2.	Pedidos apresentados alternativamente (“cumulação” alternativa)	527
2.2.7.	Indicação de provas	528

2.2.8.	Requerimento expresso e específico para a citação do réu não é requisito formal da petição inicial.....	528
2.2.9.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação.....	529
2.2.10.	Documentos que devem instruir a petição inicial	529
2.3.	Alteração dos elementos da ação após a propositura da demanda ...	530
2.3.1.	Estabilização dos elementos da ação	530
2.3.2.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir, até a citação e após esta, mas até o saneamento do feito. Alteração de fundamentos legais.....	531
2.3.3.	Alteração, aditamento ou realização de novo pedido após a revelia.....	531
2.3.4.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após o saneamento do feito	532
2.3.5.	Alteração das partes após a propositura da ação. Concessão de liminar e formação ulterior de litisconsórcio ativo.....	532
3.	Atividade jurisdicional preliminar. Da admissibilidade da demanda à possível solução do mérito.....	533
3.1.	Atividade liminar desenvolvida pelo juiz, quanto aos requisitos processuais e quanto ao mérito	533
3.2.	Juízo de admissibilidade da demanda	534
3.2.1.	Noções gerais.....	534
3.2.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório. Emenda da petição inicial. Dever de prevenção	534
3.2.3.	Juízo de admissibilidade negativo. Indeferimento da petição inicial.....	536
3.2.3.1.	Aspectos gerais	536
3.2.3.2.	Requisitos da demanda. Teorias da asserção (ou <i>della prospettazione</i>) e da exposição (exame em concreto)	536
3.2.3.3.	Inépcia da petição inicial.....	537
3.3.	Improcedência liminar do pedido	538
3.3.1.	Paralelo entre o CPC/2015 e o CPC/1973	538
3.3.2.	Contrariedade manifesta à norma jurídica. A jurisprudência como referencial.....	539

3.3.3.	A precisão da norma, tal como revelada pela jurisprudência. Precisão da sentença de improcedência liminar, fundada em enunciado de súmula ou julgamento de casos repetitivos	540
3.3.4.	Improcedência liminar, em caso de decadência ou prescrição	541
3.4.	Apelação contra a decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente, liminarmente, o pedido	542
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do réu, para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação ou para responder	543
3.5.1.	Juízo de admissibilidade positivo da demanda. Ausência de decisão “implícita” sobre os requisitos da ação	543
3.5.2.	Citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação ou para contestar	544
3.5.3.	Não realização da audiência por vontade de uma ou de ambas as partes. As redações dos arts. 334, § 4º, I do CPC/2015 e 27 da Lei 13.140/2015	544
3.5.4.	Causas que não admitem autocomposição	546
3.5.5.	Prazos mínimo e máximo para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Frustração dos objetivos da lei, face a realidade do Poder Judiciário brasileiro	548
3.5.6.	Realização da audiência de conciliação ou mediação	549
4.	Atitudes do réu: inação, reação e demanda	550
4.1.	Visão geral. Abrangência da contestação no CPC/2015	550
4.2.	Reação: apresentação de defesa na contestação	552
4.2.1.	Defesa, contraditório e direito de ação, fundamento da defesa e causa de pedir	552
4.2.2.	Variações da defesa	553
4.2.3.	Princípio da eventualidade	554
4.2.3.1.	Concentração da defesa	554
4.2.3.2.	Apresentação de novas alegações pelo réu após a contestação	555
4.2.4.	Defesa processual	556
4.2.4.1.	Preliminares ao mérito	556
4.2.4.2.	Variações procedimentais subsequentes à apresentação de defesa processual	556

4.2.4.3.	Resolução imediata da questão ou postergação para momento processual posterior. O problema da alegação de incompetência.....	557
4.2.4.4.	Primazia do juízo arbitral ao estatal. Necessidade de solução imediata da questão....	558
4.2.4.5.	Manifestação <i>ex officio</i> sobre matérias de defesa processual como regra. Ausência de alegação de convenção de arbitragem ou de incompetência relativa. Respeito à autonomia de vontade das partes	559
4.2.4.6.	Litispêndência e coisa julgada. Teorias da triplice identidade e da identidade da relação jurídica material.....	560
4.2.4.7.	Correção da legitimidade no polo passivo.....	561
4.2.4.8.	Alegação de incompetência relativa	561
4.2.5.	Defesa substancial ou de mérito.....	562
4.2.6.	Ônus da impugnação especificada	563
4.3.	Demanda: apresentação de reconvenção na contestação.....	564
4.3.1.	Natureza da reconvenção. Pedido contraposto e ação dúplice. Aproximações e distinções	564
4.3.2.	Reconvenção e contestação.....	566
4.3.3.	Cumulação superveniente de ações	566
4.3.4.	Partes na reconvenção.....	567
4.3.5.	Conexão para a reconvenção	568
4.3.6.	Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da defesa apresentada na contestação.....	568
4.3.7.	Juízo de admissibilidade da reconvenção e emenda. Resposta do reconvinde. Contraditório e julgamento.....	570
4.4.	Inércia do réu: ausência de contestação e revelia.....	571
4.4.1.	Revelia e efeitos da revelia.....	571
4.4.2.	Hipóteses em que não se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.....	572
4.4.3.	Presunção da veracidade das alegações do autor e improcedência do pedido.....	574
4.4.4.	Status processual do réu revel	574

5.	Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo	576
5.1.	Providências preliminares.....	576
5.1.1.	Finalidade.....	576
5.1.2.	Ocorrência de revelia, mas não de seus efeitos. Direito do revel à prova.....	577
5.1.3.	Defesa do réu, contraditório e saneamento	578
5.2.	Julgamento conforme o estado do processo	579
5.2.1.	Visão geral.....	579
5.2.2.	“Extinção do processo”, com base no art. 354 do CPC/2015	579
5.2.3.	Julgamento “antecipado”, total ou parcial, do mérito	580
5.2.3.1.	Julgamento imediato do mérito.....	580
5.2.3.2.	Desnecessidade de produção de provas em audiência. Revelia	581
5.2.3.3.	Julgamento imediato do mérito e cerceamento de defesa	581
5.2.3.4.	Julgamento parcial do mérito.....	582
5.3.	Saneamento e organização do processo.....	584
5.3.1.	Métodos difuso e concentrado de saneamento.....	584
5.3.2.	Objetivo do saneamento realizado <i>ex vi</i> do art. 357 do CPC/2015	584
5.3.3.	Iniciativa e forma do saneamento e organização do processo. Decisão unilateral do juiz. Negócio jurídico processual realizado em cooperação entre todos os sujeitos processuais	584
6.	Audiência de instrução e julgamento.....	587
6.1.	Produção de provas em audiência de instrução.....	587
6.2.	Intimação das partes e prazo mínimo a ser observado para a realização da audiência. Adiamento ou antecipação	587
6.3.	Audiência <i>una</i> e contínua. Cindibilidade. Suspensão e prosseguimento	588
6.4.	Direção da audiência de instrução pelo juiz. Autocomposição e outros meios de solução de conflitos.....	589
6.5.	Ordem da produção das provas em audiência	589
6.6.	Razões finais.....	590

6.7.	Julgamento na audiência.....	591
6.8.	Documentação da audiência.....	592
7.	Provas.....	593
7.1.	Identificação de qual das versões da realidade encontra correspondência nas provas.....	593
7.2.	Direito à prova	594
7.3.	Ação para a produção de provas e produção antecipada de provas ...	596
7.3.1.	Direito autônomo à prova	596
7.3.2.	Ação probatória autônoma e antecipação incidental de produção de prova no curso do processo	598
7.3.3.	Amplitude da realização da prova, na ação probatória. Limites da cognição judicial.....	599
7.3.4.	Competência para a ação probatória	599
7.4.	Realização da prova.....	600
7.4.1.	Proposição, admissão, produção e valoração das provas. Provas pré-constituídas e constituendas	600
7.4.2.	Direito das partes à prova e poderes instrutórios do juiz ...	600
7.4.3.	Provas inadmissíveis ou inúteis	603
7.4.3.1.	Provas obtidas por meios ilícitos.....	603
7.4.3.2.	Provas desnecessárias	605
7.4.4.	Realização das provas pré-constituídas e das provas constituendas.....	605
7.4.5.	Dever de cooperação.....	606
7.4.5.1.	Abrangência.....	606
7.4.5.2.	Direito da parte de não produzir prova contra si própria.....	606
7.4.5.3.	Condução coercitiva para coleta de material genético	607
7.5.	Objeto da prova	608
7.5.1.	Fatos jurídicos e fatos simples.....	608
7.5.2.	Fatos que não dependem de prova	608
7.5.3.	Distinção entre fato admitido e fato confessado	609
7.5.4.	Fato notório. Precisos conceituais. Informações disponíveis na internet.....	610
7.5.5.	Fato presumido.....	611

7.5.6.	Presunção de prejuízo em ilícito relativo à imagem e à moral	612
7.5.7.	Prova de teor e vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário	612
7.6.	Ônus da prova.....	613
7.6.1.	Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra de julgamento” ou “de conduta”. Repartição do ônus da prova.....	613
7.6.2.	Presunções e inversão do ônus da prova	615
7.6.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas probatórias dinâmicas	616
7.6.4.	Prova de fato negativo.....	619
7.6.5.	Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo de prova) e ônus da prova	620
7.7.	Valoração da prova.....	621
7.7.1.	Prova e fundamentação racional.....	621
7.7.2.	Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre convencimento” motivado.....	622
7.7.3.	Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i>	623
7.7.4.	“Aquisição” (ou “comunhão”) da prova	624
7.7.5.	Regras de experiência	624
7.7.6.	Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica e epistêmica da prova.....	625
7.7.7.	Desvios cognitivos	626
7.7.8.	Amplitude e profundidade da valoração da prova	628
7.7.9.	Modelos de constatação (<i>standards</i> de prova)	628
7.8.	Tipicidade e atipicidade dos meios de prova	630
7.8.1.	Meios de prova e procedimento destinado à sua produção... ..	630
7.8.2.	Prova estatística	631
7.8.3.	Prova por amostragem	631
7.8.4.	Prova emprestada.....	633
7.9.	Provas típicas.....	634
7.9.1.	Considerações gerais	634
7.9.2.	Ata notarial	634

7.9.3.	Depoimento pessoal.....	635
7.9.4.	Confissão.....	637
7.9.4.1.	Natureza e figuras afins.....	637
7.9.4.2.	Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada. Pena de confesso ...	638
7.9.4.3.	Limites e efeitos da confissão	639
7.9.4.4.	Indivisibilidade da confissão.....	640
7.9.4.5.	Revogação e anulação da confissão	641
7.9.5.	Exibição de documento ou coisa.....	642
7.9.6.	Prova documental.....	646
7.9.6.1.	Conceito de documento.....	646
7.9.6.2.	Documento físico e eletrônico	647
7.9.6.3.	Documentos particulares (ou privados) e públicos. Fé pública.....	648
7.9.6.4.	Documento <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i> ...	649
7.9.6.5.	Autenticidade do documento.....	649
7.9.6.6.	Valor probante do documento (público ou particular) e das declarações nele constantes. Declarações dispositivas e enunciativas (diretas e indiretas)	651
7.9.6.7.	Originais, reproduções e cópias	652
7.9.6.8.	Cartas e registros domésticos. Livros empresariais. Dever de exibição	653
7.9.6.9.	Realização da prova documental e repartições públicas. Ordem judicial. Sigilo	654
7.9.6.10.	Realização da prova documental pelas partes e contraditório.....	656
7.9.6.11.	Arguição de falsidade	658
7.9.6.12.	Cessação da fé de documento.....	659
7.9.7.	Prova testemunhal	660
7.9.7.1.	Testemunha e memória	660
7.9.7.2.	Admissibilidade da prova testemunhal	661
7.9.7.3.	Produção da prova testemunhal.....	663
7.9.7.4.	Oitiva da testemunha. Cuidados. Perguntas inadmissíveis. Falsas memórias. Valoração do depoimento testemunhal	667

7.9.8.	Prova pericial.....	669
7.9.8.1.	Prova científica ou técnica	669
7.9.8.2.	Prova pericial. Exame, vistoria e avaliação	670
7.9.8.3.	Admissibilidade da prova pericial	671
7.9.8.4.	Prova técnica simplificada.....	672
7.9.8.5.	Perito. Indicação do perito pelas partes ("perícia consensual")	673
7.9.8.6.	Quesitos.....	677
7.9.8.7.	Realização da perícia e apresentação do laudo ...	677
7.9.8.8.	Valoração da perícia realizada	679
7.9.9.	Inspeção Judicial.....	681
8.	Sentença	682
8.1.	Advertência. Conceito de sentença e âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC/2015.....	682
8.2.	Sentenças terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito).....	683
8.2.1.	Variações.....	683
8.2.2.	Decisão terminativa	684
8.2.2.1.	Sentença e decisão interlocutória terminativa..	684
8.2.2.2.	Função dos requisitos processuais	685
8.2.2.3.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Requisitos dispensáveis e indispensáveis.....	685
8.2.2.4.	Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Preponderância do exame do mérito	688
8.2.2.5.	Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa. As hipóteses previstas no art. 485 do CPC/2015.....	688
8.2.2.6.	Recurso contra decisão terminativa e juízo de retratação	692
8.2.2.7.	Decisão terminativa e impedimento à repropositura da ação.....	692
8.2.2.8.	Proibição ao novo exercício do direito de demandar como sanção pelo abandono da causa.....	693

8.2.3.	Decisão definitiva	694
8.2.3.1.	Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito	694
8.2.3.2.	Decisão sobre o objeto litigioso	694
8.2.3.3.	Decisão de mérito homologatória	695
8.2.3.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição	695
8.3.	Elementos e efeitos da sentença	695
8.3.1.	Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais)	695
8.3.2.	Dever de fundamentação. Motivação e justificação. Ato de inteligência, declaração e resposta	696
8.3.3.	Relatório, fundamentos e dispositivo	698
8.3.4.	Consequência da ausência de elementos essenciais	699
8.3.5.	“Questão de fato e de direito” e “questão principal”	700
8.3.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes)	701
8.3.7.	Fundamento determinante (<i>ratio decidendi</i>)	702
8.3.8.	Decisão não fundamentada, deficientemente fundamentada e falsamente fundamentada (fundamentação fictícia)	702
8.3.9.	Motivação <i>per relationem</i> (ou aliunde)	704
8.3.10.	Concisão e exatidão. Exame integral da pretensão das partes	705
8.3.11.	Decisão certa e relação jurídica condicional. Condenação para o futuro	706
8.3.12.	Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i>), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>	706
8.3.13.	Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente	708
8.4.	Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro	709
8.4.1.	Pedido genérico e condenação líquida	709
8.4.2.	Fracionamento da decisão sobre o mérito	710
8.4.3.	Hipoteca judiciária	712

8.5.	Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	713
8.5.1.	Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer ...	713
8.5.2.	Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica	714
8.5.3.	Tutela específica e resultado prático equivalente	715
8.5.4.	Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa	716
8.5.5.	Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo	719
8.5.6.	Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade	719
8.6.	Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação	721
8.7.	Interpretação da decisão judicial	722
8.8.	Remessa necessária	723
9.	Coisa julgada	726
9.1.	Fundamentos	726
9.2.	Conceito. Funções positiva e negativa	727
9.2.1.	Coisa julgada material, imutabilidade e indiscutibilidade ...	727
9.2.2.	Função positiva da coisa julgada. Teorias substantiva e processual	728
9.2.3.	Função negativa da coisa julgada	730
9.3.	Coisa julgada formal e preclusão	732
9.4.	Conteúdo da decisão e coisa julgada	733
9.4.1.	Limites da cognição judicial e coisa julgada. Indiscutibilidade da questão principal expressamente decidida	733
9.4.2.	Indiscutibilidade sobre questão prejudicial expressamente decidida	734
9.4.3.	Eficácia preclusiva da coisa julgada (princípio do dedutível e do deduzido)	737
9.4.4.	Impedimento à atuação posterior do órgão jurisdicional (“preclusão <i>pro judicato</i> ”). Relação jurídica de trato continuado	738

9.4.5.	Coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum probationis</i> e <i>secundum eventum litis</i>	739
9.5.	Limites da coisa julgada	740
9.5.1.	Dispositivo. Motivos e “verdade dos fatos”. <i>Discrímen</i>	740
9.5.2.	Coisa julgada e motivos determinantes (<i>ratio decidendi</i>). Transcendência.....	741
9.5.3.	Limites subjetivos	742
9.5.4.	Ações coletivas.....	743
10.	“Fases” de liquidação e de cumprimento de sentença	745

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

1.	Aspectos gerais	747
2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa	749
2.1.	Ação de consignação em pagamento.....	749
2.1.1.	Consignação extrajudicial e judicial em pagamento	749
2.1.2.	Demanda de consignação judicial.....	750
2.1.3.	Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial.....	752
2.1.4.	Julgamento	753
2.2.	Ação de exigir contas	754
2.2.1.	Direito de exigir contas	754
2.2.2.	Apresentação da demanda	755
2.2.3.	Resposta do réu e desdobramentos	756
2.2.4.	Natureza da sentença.....	757
2.3.	Ações possessórias	757
2.3.1.	Tutela processual da posse	757
2.3.2.	Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório	758
2.3.3.	Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração.....	759
2.3.4.	Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade.....	759
2.3.5.	Demanda possessória. Natureza executiva.....	760
2.3.6.	Juízos possessório e petitório.....	761

2.3.7.	Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	762
2.3.8.	Tutelas de urgência e de evidência da posse.....	763
2.3.9.	Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel.....	764
2.4.	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares	766
2.4.1.	Ações divisórias. Demarcação e divisão.....	766
2.4.2.	Princípio da especialidade e georreferenciamento	767
2.4.3.	Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo	769
2.4.4.	Demarcação	769
2.4.5.	Divisão.....	772
2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade	773
2.5.1.	Precisões terminológicas. Natureza da ação	773
2.5.2.	Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações	775
2.5.3.	Citação e resposta	776
2.5.4.	Liquidação da quota e apuração de haveres sociais	777
2.6.	Inventário e partilha	780
2.6.1.	Finalidade e natureza do inventário	780
2.6.2.	Inventário extrajudicial	781
2.6.3.	Requerimento de inventário	782
2.6.4.	Administrador provisório e inventariante.....	783
2.6.5.	Primeiras declarações	785
2.6.6.	Citações e impugnações.....	786
2.6.7.	Colações	786
2.6.8.	Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações	787
2.6.9.	Pagamento das dívidas.....	789
2.6.10.	Partilha	790
2.6.11.	Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão.....	792
2.6.12.	Sobrepartilha	792
2.6.13.	Arrolamento sumário. Alvará judicial	793
2.7.	Embargos de terceiro	794
2.7.1.	Finalidade.....	794

2.7.2.	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro	796
2.7.3.	Apresentação da demanda	797
2.7.4.	Liminar	797
2.7.5.	Citação e resposta	798
2.7.6.	Julgamento dos embargos de terceiro	800
2.8.	Oposição	800
2.8.1.	Natureza	800
2.8.2.	Aspectos procedimentais	801
2.9.	Habilitação	802
2.10.	Ações de família	803
2.10.1.	Disposições a serem observadas em ações de família	803
2.10.2.	Primazia da solução consensual da controvérsia	804
2.10.3.	Intervenção do Ministério Público	805
2.10.4.	Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz. Depoimento especial	805
2.11.	Ação monitória	807
2.11.1.	Técnica monitória	807
2.11.2.	Elementos da petição inicial	807
2.11.3.	Decisão que admite a pretensão monitória	808
2.11.4.	Cumprimento do mandado pelo réu	809
2.11.5.	Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa	809
2.11.6.	Apresentação de embargos à ação monitória pelo réu	810
2.12.	Homologação de penhor legal	812
2.13.	Regulação de avaria grossa	812
2.14.	Restauração de autos	813
3.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	815
3.1.	Perfis gerais	815
3.1.1.	Natureza	815
3.1.2.	Regras processuais comuns	816
3.2.	Notificação e interpelação	818
3.3.	Alienação judicial	819
3.4.	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio	819

3.4.1.	Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável.....	819
3.4.2.	Alteração do regime de bens do casamento	820
3.5.	Testamentos e codicilos	821
3.6.	Herança jacente	821
3.7.	Bens de ausentes	823
3.8.	Coisas vagas.....	823
3.9.	Interdição	824
3.10.	Tutela e curatela.....	829
3.11.	Organização e fiscalização das fundações	830
3.12.	Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis a bordo	830

CAPÍTULO V – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

	Considerações gerais	833
1.	Liquidação de sentença.....	834
1.1.	Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma	834
1.2.	Autonomia da liquidação.....	834
1.3.	Liquidação: objeto e natureza	835
1.4.	Limites da cognição na liquidação	836
1.5.	Resultado da liquidação igual a zero	837
1.6.	Liquidação por arbitramento ou por procedimento comum	838
1.6.1.	Variação e cumulação das formas de liquidação.....	838
1.6.2.	Liquidação por arbitramento	838
1.6.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	839
1.7.	Liquidação de decisão provisória	840
1.8.	Liquidação de sentença coletiva.....	840
1.8.1.	Definição de outros elementos da obrigação, em relação ao titular do direito individual	840
1.8.2.	Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos.....	841
2.	Cumprimento e execução de sentença.....	843
2.1.	Aspectos comuns	843

2.1.1.	Cumprimento ou execução de decisão judicial?	843
2.1.2.	Cumprimento “definitivo” ou “provisório”. Cumprimento de decisão definitiva e cumprimento de decisão provisória	843
2.1.3.	Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva	844
2.1.4.	Intimação para cumprimento da sentença na pessoa do advogado do devedor, como regra	845
2.1.5.	Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença	846
2.1.6.	Títulos executivos judiciais	847
2.1.6.1.	Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais	847
2.1.6.2.	Decisão condenatória.....	847
2.1.6.3.	Decisão declaratória como título executivo	848
2.1.6.4.	Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro	849
2.1.6.5.	Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial	850
2.1.6.6.	Decisão homologatória de autocomposição.....	850
2.1.6.7.	Sentença penal condenatória	852
2.1.6.8.	Decisão arbitral.....	853
2.1.6.9.	Decisão estrangeira	853
2.1.7.	Competência.....	854
2.2.	Cumprimento de sentença definitiva que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	855
2.2.1.	Demanda executiva.....	855
2.2.1.1.	Iniciativa do exequente.....	855
2.2.1.2.	Legitimidade para se demandar a execução de sentença	856
2.2.1.3.	Elementos formais e substanciais da petição de requerimento de cumprimento	857
2.2.2.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição	860
2.2.3.	Intimação do executado. Prazo para pagamento.....	861

2.2.4.	Pagamento parcial.....	862
2.2.5.	Medidas coercitivas admissíveis, no cumprimento de sentença.....	863
2.2.5.1.	Multa	863
2.2.5.2.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado.....	863
2.2.5.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	864
2.2.5.4.	Outras medidas executivas. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015.....	864
2.2.6.	Honorários no cumprimento de decisão que condena ao pagamento de quantia.....	865
2.2.7.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença.....	865
2.2.7.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade)	865
2.2.7.2.	Arguição de questões relativas à validade do cumprimento de sentença e dos atos executivos pelo executado nos próprios autos. Exceção de pré-executividade.....	865
2.2.7.3.	Matérias a serem arguidas na impugnação ao cumprimento de sentença. Defesa e ação através da impugnação ao cumprimento de sentença.....	866
2.2.7.4.	Impugnação à execução individual de sentença coletiva. Matérias a serem arguidas....	869
2.2.7.5.	Excesso de execução. Impugnação e pagamento voluntário parciais.....	869
2.2.7.6.	“Inexigibilidade” de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em norma considerada inconstitucional pelo STF.....	869
2.2.7.7.	Prazo para a oposição da impugnação.....	872
2.2.7.8.	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação ao cumprimento de sentença	873
2.2.7.9.	Processamento e julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença	874

2.2.7.10.	Coisa julgada da decisão que julga a impugnação	875
2.2.7.11.	Impugnação ao cumprimento de sentença e honorários advocatícios.....	875
2.2.8.	Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”	876
2.3.	Cumprimento de sentença provisória que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	877
2.3.1.	Cumprimento provisório de sentença (ou execução de sentença provisória)	877
2.3.2.	Requerimento de execução da sentença provisória.....	877
2.3.3.	Prestação de caução	877
2.3.4.	Cabimento da multa prevista no art. 523 do CPC/2015 e de honorários advocatícios	878
2.3.5.	Responsabilidade do exequente.....	878
2.3.6.	Modificação (reforma ou anulação) total ou parcial da decisão exequenda. Restituição das partes ao estado anterior	879
2.4.	Cumprimento da sentença que reconhece o dever de prestar alimentos	879
2.4.1.	Abrangência e medidas executivas cabíveis	879
2.4.2.	Juízo competente	881
2.4.3.	Intimação pessoal do executado	881
2.4.4.	Atitudes possíveis do executado	882
2.4.5.	Prisão civil como medida coercitiva.....	883
2.4.6.	Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado.....	886
2.4.7.	Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação.....	886
2.4.8.	Constituição de capital	886
2.4.8.1.	Natureza e finalidade da constituição de capital ...	886
2.4.8.2.	Aspectos procedimentais	887
2.5.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública.....	889
2.6.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	892

2.6.1.	Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Opções do demandante.....	892
2.6.2.	Deveres abrangidos pela regra.....	893
2.6.3.	Medidas executivas admissíveis.....	894
2.6.4.	A prisão civil como medida coercitiva	895
2.6.5.	Ordem judicial e crime de desobediência.....	896
2.6.6.	Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente	898
2.6.7.	Intervenção judicial em empresa	898
2.6.8.	Multa	899
2.6.9.	Intimação.....	902
2.6.10.	Dever de entregar coisa	903

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.	Perfis gerais.....	905
1.1.	Conceito de execução	905
1.2.	Jurisdição e execução.....	906
1.3.	Ações de conhecimento e ações de execução	907
1.4.	Princípios da execução	909
1.4.1.	Princípios de organização técnica	909
1.4.2.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução	910
1.4.3.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	912
1.4.4.	Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas	916
1.5.	Espécies de ações executivas.....	921
1.5.1.	Execução fundada em título extrajudicial e outras modalidades de ação executiva	921
1.5.2.	Opções do demandante.....	923
1.6.	Espécies de meios executivos. Execução direta (por sub-rogação) e indireta (por coerção)	924
1.7.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado	926
1.8.	Direção formal e material do processo de execução	929

1.8.1.	Aspectos gerais sobre os poderes do juiz na direção do processo executivo	929
1.8.2.	Cognição judicial na execução	930
1.8.3.	Proporcionalidade. Menor onerosidade da medida executiva e máxima efetividade da execução	930
1.8.4.	Órgão judicial e auxiliares da justiça	932
1.9.	Dever de cooperação	933
1.10.	Responsabilidade executiva	934
1.10.1.	Fundamentos	934
1.10.2.	Responsabilidade pessoal	935
1.10.3.	Responsabilidade patrimonial	935
1.10.3.1.	Conceito	935
1.10.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo	936
1.10.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo	937
1.10.3.3.1.	Responsabilidade primária e secundária	937
1.10.3.3.2.	Responsabilidade do fiador	938
1.10.3.3.3.	Responsabilidade do sócio	939
1.10.3.3.4.	Responsabilidade do espólio e dos herdeiros	940
1.10.4.	Fraude à execução	940
1.10.4.1.	Alienação ou oneração do bem no curso da ação. Ineficácia, em relação ao exequente	940
1.10.4.2.	Bens sujeitos a registro público	941
1.10.4.3.	Ausência de averbação	943
1.10.4.4.	Bens não sujeitos a registro público	945
1.11.	Execução singular e universal	945
1.11.1.	Execução universal (ou geral)	945
1.11.2.	Insolvência civil e falência	947
1.11.3.	Recuperação judicial de empresa	948
1.12.	Fases do processo de execução. Características comuns	950
2.	Propositura da demanda fundada em título extrajudicial	951
2.1.	Aspectos gerais	951

2.2.	Petição inicial	951
2.2.1.	Petição inicial na execução	951
2.2.2.	Definição do juízo competente	952
2.2.3.	Partes.....	953
2.2.3.1.	Aspectos gerais	953
2.2.3.2.	Legitimidade para promover a execução	954
2.2.3.2.1.	Regra geral	954
2.2.3.2.2.	Legitimidade derivada (ou superveniente).....	954
2.2.3.2.3.	Legitimidade do Ministério Público.....	955
2.2.3.3.	Legitimidade passiva para a execução.....	956
2.2.3.3.1.	Devedores e responsáveis como executados. Responsável como parte	956
2.2.3.3.2.	Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica executada.....	958
2.2.4.	Título executivo.....	960
2.2.4.1.	Execução fundada em título executivo extrajudicial e <i>nulla executio sine titulo</i> . Limites da cognição judicial.....	960
2.2.4.2.	Instrução da petição inicial com o título executivo	962
2.2.4.3.	Configuração do título executivo. Taxatividade. Tipicidade. Limite à incidência do art. 190 do CPC/2015.....	963
2.2.4.4.	Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda do ato...	967
2.2.4.5.	Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo.....	968
2.2.4.6.	Problemas atinentes à conformação do ato à lei, para que seja considerado título executivo...	969
2.2.4.7.	Elementos do direito veiculado no título executivo. Obrigação certa, líquida e exigível....	975

2.2.4.8.	Demonstrativo de débito atualizado	979
2.2.4.9.	Demonstração de ocorrência de condição ou termo	980
2.2.4.10.	Pedido de tutela executiva	982
2.2.4.11.	Indicação de bens à penhora pelo exequente ...	983
2.2.4.12.	Requerimento de intimações.....	983
2.2.4.13.	Medidas urgentes.....	984
2.2.4.14.	Requerimento de outras medidas executivas a serem realizadas antes da citação	984
2.2.4.15.	Averbação da execução no registro público.....	985
3.	Atividade jurisdicional preliminar do órgão jurisdicional na execução. Da admissibilidade à possível rejeição da demanda executiva.....	986
3.1.	Noções gerais.....	986
3.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório	986
3.3.	Juízo de admissibilidade negativo.....	987
3.4.	Rejeição liminar da demanda executiva	988
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do executado	989
4.	Embargos à execução e outras formas de defesa do executado.....	991
4.1.	Meios de oposição à execução.....	991
4.2.	Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade)	991
4.3.	Ação de conhecimento autônoma.....	993
4.4.	Embargos à execução.....	993
4.4.1.	Variação sobre conteúdo e natureza	993
4.4.2.	Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução.....	995
4.4.3.	Prazo para oposição	997
4.4.4.	Autuação em apartado	998
4.4.5.	Embargos à execução por carta	999
4.4.6.	Matérias arguíveis nos embargos à execução.....	999
4.4.7.	Juízo de admissibilidade dos embargos.....	1002
4.4.8.	Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo	1003
4.4.9.	Contraditório, instrução e julgamento.....	1006

5. Atos executivos.....	1006
5.1. Observações preliminares.....	1006
5.2. Execução por quantia certa.....	1007
5.2.1. Perfis gerais.....	1007
5.2.1.1. Obrigação de dar quantia em dinheiro	1007
5.2.1.2. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	1008
5.2.1.3. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes como medida coercitiva	1009
5.2.1.4. Incidência de medidas executivas previstas para a execução de título judicial na execução de título extrajudicial, após a declaração judicial de exigibilidade da obrigação	1010
5.2.1.5. Expropriação simples e por conversão de bens em dinheiro.....	1010
5.2.1.6. Modalidades de atos de expropriação. Ordem preferencial.....	1011
5.2.2. Início dos atos executivos	1013
5.2.2.1. Aspectos gerais	1013
5.2.2.1.1. Localização dos atos executivos, ordinariamente, na fase instrutória.....	1013
5.2.2.1.2. Atos executivos realizados na fase inicial do processo.....	1015
5.2.2.2. Averbação da execução, antes da citação.....	1016
5.2.2.3. Admissão da execução, determinação de citação e fixação de honorários advocatícios....	1018
5.2.2.4. Citação, não pagamento e realização de atos executivos. Variação do procedimento, em atenção à modalidade de citação observada	1019
5.2.2.5. Citação e pagamento imediato ou em parcelas. Pagamento no curso do processo, com a remição da execução	1021
5.2.2.6. Não localização do executado para citação e arresto executivo. Conversão do arresto em penhora.....	1024

5.2.3.	Penhora. Perfis gerais.....	1025
5.2.3.1.	Natureza jurídica	1025
5.2.3.2.	Penhora e direito de preferência.....	1026
5.2.3.3.	Bens que não se sujeitam à execução. Impenhorabilidades.....	1027
5.2.3.3.1.	Bens inalienáveis e impenhoráveis. Impenhorabilidade absoluta e relativa. Penhorabilidade secundária ou excepcional	1027
5.2.3.3.2.	Hipóteses de impenhorabilidade...	1030
5.2.3.4.	Utilidade da penhora.....	1046
5.2.3.5.	Ordem entre os bens que podem ser penhorados.....	1046
5.2.3.6.	Lugar de realização da penhora.....	1049
5.2.3.7.	Apreensão e depósito	1051
5.2.3.8.	Documentação e registro da penhora	1052
5.2.3.9.	Averbação de arresto ou penhora no registro competente	1054
5.2.3.10.	Intimações da penhora.....	1054
5.2.3.11.	Modificações da penhora	1056
5.2.4.	Disciplinas específicas da penhora, quanto a determinados bens.....	1061
5.2.4.1.	Considerações gerais	1061
5.2.4.2.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>on-line</i>	1062
5.2.4.3.	Penhora de créditos	1064
5.2.4.4.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio	1066
5.2.4.5.	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1067
5.2.4.6.	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	1069
5.2.4.7.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1070

5.2.4.8.	Penhora de quota-parte de bem indivisível. Consequências, quanto à avaliação e à expropriação	1072
5.2.4.9.	Penhora e direito de superfície. Direito de laje ...	1073
5.2.5.	Avaliação.....	1074
5.2.5.1.	Avaliação do bem e atos de expropriação	1074
5.2.5.2.	Avaliação comum e especial. Avaliação realizada por oficial de justiça ou perícia realizada por avaliador	1074
5.2.5.3.	Dispensa de avaliação pericial.....	1075
5.2.5.4.	Laudo de avaliação.....	1075
5.2.5.5.	Nova avaliação	1076
5.2.5.6.	Modificação da penhora, em razão de alteração no valor do bem	1076
5.2.6.	Atos de expropriação	1077
5.2.6.1.	Adjudicação, alienação e apropriação	1077
5.2.6.2.	Adjudicação.....	1078
5.2.6.2.1.	Natureza	1078
5.2.6.2.2.	Adjudicação e remição de bens	1078
5.2.6.2.3.	Aspectos procedimentais	1079
5.2.6.3.	Alienação forçada.....	1080
5.2.6.3.1.	Natureza	1080
5.2.6.3.2.	Alienação por iniciativa particular	1083
5.2.6.3.3.	Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial de móveis ou imóveis.....	1083
5.2.6.3.4.	Leiloeiro.....	1084
5.2.6.3.5.	Atos preparatórios do leilão	1085
5.2.6.3.6.	Licitação pública do bem.....	1088
5.2.6.3.7.	Conclusão da arrematação, assinatura do auto e expedição de ordem de entrega de bem móvel ou de carta de arrematação de bem imóvel	1092
5.2.6.3.8.	Remição	1093

5.2.6.3.9.	Invalidação, ineficácia, resolução da arrematação. Desistência do arrematante.....	1094
5.2.6.3.10.	Aspectos procedimentais do leilão judicial eletrônico.....	1097
5.2.7.	Satisfação do crédito	1099
5.2.7.1.	Tutela específica e <i>aliud pro alio</i>	1099
5.2.7.2.	Satisfação direta e indireta do crédito.....	1100
5.2.7.3.	Entrega do dinheiro ao exequente e quitação... ..	1100
5.2.7.4.	Concurso singular de credores.....	1101
5.3.	Execução para a entrega de coisa	1105
5.3.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 498 e 538 do CPC/2015.....	1105
5.3.2.	Coisa incerta e concentração.....	1105
5.3.3.	Alienação da coisa no curso da ação.....	1106
5.3.4.	Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial	1107
5.3.5.	Satisfação da obrigação e extinção da execução	1107
5.4.	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	1108
5.4.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 497, 536 e 537 do CPC/2015	1108
5.4.2.	Obrigação de fazer	1109
5.4.3.	Obrigação de não fazer.....	1111
5.5.	Execução contra a Fazenda Pública	1111
5.6.	Execução de alimentos	1112
6.	Suspensão e Extinção da Execução	1113
6.1.	Suspensão da execução	1113
6.2.	Extinção da execução	1116
6.2.1.	Visão geral.....	1116
6.2.2.	Natureza da decisão que extingue a execução.....	1117
6.2.3.	Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação	1117

6.2.4.	Desistência da execução e propositura de nova ação.....	1118
6.2.5.	A causalidade (e não a sucumbência) como fundamento da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios, no processo de execução	1119
6.2.6.	Execução frustrada e desistência do processo pelo exequente. Honorários advocatícios	1120
6.2.7.	Prescrição intercorrente. Honorários advocatícios.....	1123
6.2.8.	Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado.....	1125
6.2.9.	Coisa julgada	1126
6.2.10.	Execução indevida e ressarcimento ao executado	1127

CAPÍTULO VII – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

1.	Jurisprudência íntegra, estável e coerente	1129
1.1.	Premissas. Distinção entre entendimento firmado em precedente, jurisprudência e súmula	1129
1.2.	Integridade, estabilidade e coerência da jurisprudência no Estado Constitucional e Democrático de Direito.....	1133
1.2.1.	As bases brasileiras e a influência do direito comparado ...	1133
1.2.2.	<i>Stare decisis</i> e <i>civil law</i>	1136
1.2.3.	Entre a jurisprudência íntegra e o modelo precedentalista.....	1138
1.3.	Enunciados de súmula da jurisprudência. Súmulas em geral (persuasivas) e vinculantes.....	1141
1.4.	Sentido de precedente, de acordo com o CPC/2015	1143
1.4.1.	Em busca de um sentido, de acordo com a lei brasileira. Precedente em sentido substancial e em sentido formal. Os precedentes “qualificados”	1143
1.4.2.	Algumas notas, a partir da experiência da doutrina e da jurisprudência do <i>common law</i> . Concepção adequada ao CPC/2015.....	1144
1.4.3.	Decisões que podem ser consideradas precedentes. Precedente vinculante e persuasivo, no <i>common law</i> e no direito brasileiro	1147
1.4.4.	Precedente “cria” direito, ou apenas o “declara”?	1149

1.4.5.	Dificuldades na fixação de precedentes, frente a textos com conteúdo vago ou indeterminado, aplicáveis a problemas sociais variáveis	1150
1.5.	Fixação de entendimentos em jurisprudência, súmula ou precedente e sua observância	1150
1.5.1.	Aplicação e distinção do entendimento firmado	1150
1.5.2.	Superação de entendimento firmado	1151
1.5.3.	Modulação de efeitos de alteração de entendimento firmado	1154
1.6.	Pronunciamentos “vinculantes”, à luz do direito brasileiro. Graus de “vinculatividade”	1158
1.6.1.	Sentido da expressão “vinculante”. Órgãos que podem emitir pronunciamento de tal natureza	1158
1.6.2.	O que vincula? Fundamentos determinantes, tese jurídica, padrão decisório, <i>ratio decidendi</i>	1161
1.7.	Instrumentos dedicados à construção e manutenção da jurisprudência íntegra. Julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência: fungibilidade?	1162
2.	Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais.....	1165
2.1.	Visão geral	1165
2.2.	Registro e distribuição	1165
2.3.	Direção formal e material do processo pelo relator	1167
2.4.	Julgamento pelo órgão colegiado	1171
2.4.1.	Elaboração do voto pelo relator	1171
2.4.2.	Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”)	1172
2.4.3.	Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta	1172
2.4.4.	Ordem de preferência dos julgamentos, nas sessões presenciais	1173
2.4.5.	Julgamento em sessão presencial e sustentação oral	1174
2.4.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais). Fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação	1175
2.4.7.	Pedido de vista	1178

2.4.8.	Prolação dos votos. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria. Divergências qualitativas ou quantitativas entre os votos.....	1178
2.4.9.	Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i>	1181
2.4.10.	Lavratura do acórdão e publicação da ementa.....	1184
2.4.11.	Trânsito em julgado e baixa dos autos	1185
3.	Recursos	1186
3.1.	Perfis gerais.....	1186
3.1.1.	Natureza	1186
3.1.2.	Princípios fundamentais	1187
3.1.2.1.	Princípios de organização técnica	1187
3.1.2.2.	Duplo grau de jurisdição	1188
3.1.2.3.	Colegialidade.....	1188
3.1.2.4.	Taxatividade	1190
3.1.2.5.	Unicidade (singularidade ou unirrecorribilidade).....	1191
3.1.2.6.	Fungibilidade.....	1191
3.1.2.7.	Instrumentalidade recursal.....	1192
3.1.2.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	1194
3.1.3.	Juízos de admissibilidade e de mérito	1197
3.1.3.1.	Perfis gerais.....	1197
3.1.3.2.	Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Órgãos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	1199
3.1.3.3.	Vícios recursais sanáveis e insanáveis	1200
3.1.3.4.	Requisitos dos recursos.....	1201
3.1.3.5.	Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida.....	1222
3.1.3.6.	Juízo de retratação	1224
3.1.3.7.	Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente	1224
3.1.4.	Efeitos.....	1227

3.1.4.1.	Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios	1227
3.1.4.2.	Efeito substitutivo.....	1232
3.1.4.3.	Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo)	1233
3.1.4.4.	Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal	1234
3.2.	Apelação	1241
3.2.1.	Cabimento	1241
3.2.1.1.	Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções.....	1241
3.2.1.2.	Cabimento de apelação contra sentença	1242
3.2.1.3.	Cabimento de apelação contra decisão interlocutória.....	1243
3.2.2.	Forma	1247
3.2.3.	Procedimento em 1º grau de jurisdição.....	1249
3.2.4.	Procedimento em 2º grau de jurisdição.....	1250
3.2.4.1.	Atividades do relator	1250
3.2.4.2.	Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória	1250
3.2.4.3.	Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo	1253
3.3.	Agravo de instrumento	1259
3.3.1.	Recursos contra decisões interlocutórias.....	1259
3.3.2.	Cabimento restrito do agravo de instrumento. Taxatividade legal. A tese da “taxatividade mitigada”. Abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Casos de incompatibilidade procedimental com o regime de impugnabilidade da decisão interlocutória apenas em apelação	1259
3.3.3.	Mandado de segurança e outros sucedâneos recursais	1264
3.3.4.	Forma	1269
3.3.5.	Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento.....	1273

3.4.	Agravo interno	1275
3.4.1.	Natureza e cabimento	1275
3.4.2.	Aspectos procedimentais	1276
3.4.3.	Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa.....	1277
3.5.	Embargos de declaração.....	1279
3.5.1.	Natureza, objeto e conteúdo	1279
3.5.2.	Fundamentos.....	1280
3.5.3.	Interrupção do prazo para interposição de outros recursos	1283
3.5.4.	Efeitos infringentes e contraditório.....	1283
3.5.5.	Efeito suspensivo	1284
3.5.6.	Processamento e julgamento	1284
3.5.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	1285
3.5.8.	Embargos de declaração e prequestionamento.....	1286
3.6.	Recurso ordinário	1291
3.6.1.	Aspectos gerais	1291
3.6.2.	Cabimento	1291
3.6.3.	Efeitos.....	1292
3.6.4.	Processamento.....	1293
3.7.	Recursos extraordinário e especial.....	1294
3.7.1.	Objeto e conteúdo.....	1294
3.7.2.	Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015	1295
3.7.3.	Fundamentos do recurso	1296
3.7.3.1.	Aspectos gerais	1296
3.7.3.2.	Decisão final sobre questão de direito constitucional ou federal. Configuração do prequestionamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015	1297
3.7.3.3.	Divergência jurisprudencial e recurso especial	1300
3.7.3.4.	Pedido de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida	1301

3.7.4.	Processamento dos recursos, no tribunal local.....	1302
3.7.5.	Processamento dos recursos, nos tribunais superiores.....	1308
3.7.5.1.	Interposição simultânea de recursos extraordinário e especial	1308
3.7.5.2.	Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa	1309
3.7.5.3.	Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo	1312
3.7.6.	Juízos de admissibilidade e de mérito	1314
3.7.6.1.	Distinção.....	1314
3.7.6.2.	Desconsideração de vício formal do recurso e possibilidade de correção	1315
3.7.6.3.	Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial	1315
3.7.6.4.	Juízo de mérito bifásico	1316
3.7.7.	Efeitos devolutivo e translativo	1317
3.7.8.	Repercussão geral da questão constitucional e recurso extraordinário.....	1323
3.7.9.	Recursos extraordinário e especial repetitivos	1330
3.8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1339
3.9.	Embargos de divergência	1342
3.9.1.	Natureza, objeto e conteúdo	1342
3.9.2.	Demonstração da divergência	1343
3.9.3.	Processamento dos embargos de divergência.....	1343
4.	Ações autônomas de impugnação.....	1344
4.1.	Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos	1344
4.2.	Ação rescisória, ação anulatória e ação declaratória	1345
4.2.1.	Natureza da ação rescisória	1345
4.2.2.	Objeto e conteúdo da ação rescisória	1346
4.2.3.	Fundamentos da ação rescisória	1350
4.2.4.	Ação declaratória. Réu não citado	1362
4.2.5.	Ação anulatória.....	1365
4.2.6.	Prazo para ajuizamento da ação rescisória	1366

4.2.7.	Demanda rescisória.....	1373
4.2.7.1.	Libelo: fundamentos e pedido.....	1373
4.2.7.2.	Legitimidade.....	1374
4.2.7.3.	Necessidade de nova procuração para o ajuizamento de ação rescisória.....	1376
4.2.7.4.	Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória.....	1377
4.2.7.5.	Valor da causa.....	1379
4.2.7.6.	Depósito de valor que poderá ser convertido em multa.....	1379
4.2.8.	Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescindente.....	1380
4.2.9.	Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.....	1380
4.2.10.	Processamento da ação rescisória. Resposta do réu, na ação rescisória. Efeito da revelia. Produção de provas. Razões finais.....	1381
4.2.11.	Julgamento da ação rescisória.....	1382
4.2.11.1.	Admissibilidade e mérito da ação rescisória.....	1382
4.2.11.2.	Juízos rescindente e rescisório. Efeitos.....	1383
4.2.11.3.	Rejeição da ação rescisória. Reversão do valor depositado em favor do réu, a título de multa. Imposição de multa àqueles que são dispensados de realização do depósito prévio...	1383
4.3.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	1385
4.4.	Reclamação.....	1387
4.4.1.	Natureza, objeto e conteúdo.....	1387
4.4.2.	Cabimento da reclamação quando não observada tese firmada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência.....	1388
4.4.3.	Propositura e processamento.....	1392
4.4.4.	Julgamento.....	1393
5.	Procedimentos relativos a outras ações ou incidentes nos tribunais.....	1393
5.1.	Aspectos gerais.....	1393
5.2.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1394
5.2.1.	Arguição de inconstitucionalidade em controle difuso.....	1394

5.2.2.	Fundamentação da arguição incidental de inconstitucionalidade	1395
5.2.3.	Reserva de plenário e incompetência de órgão fracionário do tribunal.....	1396
5.2.4.	Admissão ou dispensa do incidente	1397
5.2.5.	Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade	1397
5.3.	Conflito de competência	1398
5.3.1.	Provocação e processamento	1398
5.3.2.	Decisão sobre o conflito de competência.....	1400
5.3.3.	Conflito de atribuições	1401
5.4.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> a carta rogatória	1402
5.4.1.	Aspectos gerais	1402
5.4.2.	Necessidade de homologação de decisão estrangeira	1403
5.5.	Incidente de assunção de competência	1404
5.6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	1405
5.6.1.	Natureza e pressupostos	1405
5.6.2.	Aspectos procedimentais	1410
5.6.3.	Definição, aplicação e revisão da tese firmada.....	1414
BIBLIOGRAFIA		1417